



Na Escola de Hoje, a Construção do Futuro *

Manuel Ferreira Patrício **

I. INTRODUÇÃO

Entre 20 e 22 de Outubro de 1994 comemorou a Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti os trinta anos da sua existência. Foi-me concedida a distinção de participar com uma conferência nessa importante iniciativa. O tema que me foi proposto para tratamento foi o seguinte: «Na Escola de Hoje, a Construção do Futuro». Planeei cuidadosamente a intervenção, mas não a escrevi antecipadamente. A Irmã Maria Emília Diniz foi-me, entretanto, estimulando reiteradamente no sentido de passar a conferência proferida a texto escrito. Apresentou, ultimamente, um argumento de irresistível peso: a breve saída de uma revista pedagógica da Escola, conjugada com a sua própria saída da direcção da mesma. Para quem tem pela Irmã Diniz o apreço e o carinho que eu tenho, eis um argumento absolutamente decisivo. As férias ajudaram a satisfazer a vontade desta figura exemplar de dedicação à causa da educação que é a Irmã Maria Emília Diniz, tão humilde na sua grandeza quanto outros são orgulhosos na sua mediocridade.

Não conseguirei, certamente, escrever hoje, à distância de quase um ano, exactamente as palavras que então brotaram de dentro de mim. Nem mesmo um dia depois o conseguiria fazer, quanto mais a esta distância. De resto, uma coisa é a atmosfera do discurso oral a quente, quando os que ouvem e o que fala formam como que uma só alma, em sintonia intelectual e afectiva, e outra coisa a atmosfera do discurso escrito, que tem como destinatários os membros de uma bem distinta e no fundo inconfigurável assembleia. São dois mundos espirituais os mundos destes dois discursos. Há que sabê-lo e proceder em conformidade. Respeitarei, contudo, escrupulosamente, o plano que levei para o Porto e realizei como pude na Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.

II. BREVE HERMENÊUTICA DO TEMA

Como já referi, o tema foi-me proposto nos precisos termos do seu enunciado. Aceitei-o na sua perfeição original, como se aceita o menino nascido inesgotavelmente do seio

* Conferência proferida na Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti (Porto) em 22 de Outubro de 1994.

** Director do Departamento do Ensino Superior. Professor Catedrático da Universidade de Évora.

criador da divindade. Mas como se observa atentamente o menino, em todas as suas superfícies e refegos, para bem o ver e compreender, assim desejo fazer com este tema: «Na Escola de Hoje, a Construção do Futuro». A este olhar curioso chamo, porventura pouco modestamente, a hermenêutica, ainda que breve, do tema, paralela à hermenêutica do menino.

Olho e vejo no tema cinco ideias fundamentais.

A primeira é a ideia do futuro. Esta ideia aparece entrelaçada com a ideia do presente, na palavra *hoje*. Todavia, o futuro é que é decisivo: ele mora já no ventre do presente. A vida do próprio presente decorre já do seu destino futurante.

A segunda é a ideia de que o futuro não é exactamente uma fatalidade, mas uma construção. É, pelo menos, a abertura à construção: à própria construção de si. Não somos nós, humanos, portanto, meros viajantes no tempo; poderemos ser construtores do próprio tempo, que será em significativa medida o que fizermos dele, hoje.

A terceira é a ideia de que a Escola é importante para a construção do futuro. Na Escola formam-se hoje os homens de amanhã. Em grande parte. Haverá construção do futuro, no sentido que enunciámos, sem os homens? Assim, construir os homens é já construir o futuro. A missão da Escola é, no fim de contas, crucial.

A quarta é a ideia de que na Escola é possível contribuir para a construção do futuro. A perspectiva dos teóricos da morte da Escola, e de outros pessimistas acerca da capacidade educativa da Escola no mundo contemporâneo, é rejeitada pela enunciação do tema, pelo qual perpassa um poderoso sopro de esperança e de vontade. O enunciado é, com efeito, fresco e afirmativo.

A quinta ideia, finalmente, é a de que essa Escola construtora do futuro é possível precisamente *hoje*, que é um tempo tão problemático para ela...

Eis o conjunto de ideias nucleares que vejo no tema que mentes sábias congeminaram e de que eu me sinto escandalosamente beneficiário. Este tema não é uma proposta, é um presente.

III. A ESCOLA E A SOCIEDADE: PERSPECTIVAS

Enquadramento geral

Começemos por aceitar que a Escola não é completamente inteligível, inteiramente compreensível, fora da Sociedade a que pertence. A Escola existe dentro da Sociedade.

Só tem sentido dentro da Sociedade. As preocupações sociologistas de alguns a respeito das ligações da Escola com o Meio parecem, às vezes, patéticas. Como se fosse possível uma Escola viva sem ligação orgânica à sociedade. Sei onde estão as raízes dessa enfatização do social, mas não é este um momento apropriado para falar disso. Registamos por ora, e concluindo, que a Escola de hoje é ininteligível e incompreensível sem a Sociedade de hoje. Quanto mais débil for a relação da Escola com a Sociedade menos poder de construção do futuro ela terá. Ao invés, a Escola que pulsar ao ritmo da Sociedade em que está imersa, como órgão dessa Sociedade, é a que conterà em si as sementes que fecundarão o tempo por vir.

A Escola é uma instituição social. Quando a criança entra na Escola leva a Sociedade consigo. Quando o professor entra na Escola entra com ele a Sociedade. Mas há outra instituição que não podemos esquecer, se é verdade que a finalidade da Escola é educar e instruir os educandos que lhe são confiados. Essa outra instituição é a Família. O educando vem à vida dentro da Família. É no seio dela que começa o processo da sua aprendizagem, da sua educação. A Família é, com todo o rigor, a sua primeira Escola. E será para ele, toda a vida, uma Escola fundamental. Quando entra na Escola, a Família vai consigo. A relação da Escola com a Família tem variado ao longo dos tempos e assume formas diversas em sociedades diversas. Hoje, nas sociedades de tipo ocidental, está a tornar-se cada vez mais necessária uma intensificação do relacionamento da Escola com a Família. Poderemos dizer, com verdade, que a Escola de hoje também não é inteligível e compreensível sem a Família.

Como a nossa Sociedade é a sociedade portuguesa valerá a pena debruçarmo-nos um pouco sobre esta. O mesmo faremos relativamente à Família.

Considerarei as seguintes perspectivas para perceber a sociedade portuguesa actual:

- a) a económica; b) a social; c) a política; d) a cultural; e) a comunicacional; f) a axiológica; g) a cívica; h) a educativa.

a) Perspectiva económica

A economia portuguesa é hoje uma economia de mercado, integrada na União Europeia, num primeiro círculo, e no sistema económico mundial, num último círculo. Não tem as características de economia fechada e protegida do antigo regime. É extremamente dependente de Bruxelas, como dia a dia é mais evidente para todos nós. É extremamente frágil, cada vez mais um recanto da economia global da União, se é que existe uma economia global da União e não uma estrutura económica funcional, mais ou

menos coerente, sediada no que se pode chamar o núcleo duro da UE. A agricultura portuguesa quase não existe. Aquilo a que se chama a racionalização da indústria — programa que passaria pelo momento de eliminação das empresas inviáveis (milhares de empresas...) e pelo outro momento de edificação das novas empresas viáveis e competitivas —, tem tido bastante eficácia no desmantelamento da indústria que tínhamos, mas eficácia bastante menor na criação da nova indústria. Parece que o País estará a ser orientado para uma economia de serviços. A percepção que o cidadão comum consegue ter, contudo, é a de que a economia portuguesa é fortemente deficitária e não sobreviveria ao fecho da torneira financeira de Bruxelas. Analistas radicais chegam a afirmar que a independência nacional corre sério risco, não por via militar, desta vez, mas por via económica.

b) Perspectiva social

A perspectiva social dá-nos um País diferente do de há 20 anos. Diminuiu para cerca de 1/3 a população activa na agricultura. Diminuiu também a população activa na indústria. Obviamente, aumentou percentualmente a população activa no sector terciário. O nível de vida geral da população subiu, venham os recursos em circulação de onde vierem. A classe média é a coluna vertebral social do País. Há um abandono crescente dos campos. A população envelhecida aumentou. O acesso dos jovens ao emprego é bastante mais difícil do que era. A escolaridade é mais prolongada e é natural que as dificuldades de emprego sejam em si mesmas um factor da grande procura de ensino superior que se vem notando. O rendimento médio dos portugueses continua a ser dos mais baixos da Europa: cerca de metade do alemão e mais baixo que o espanhol. Além disso, está distribuído de maneira muito desigual e as camadas sociais mais desfavorecidas vivem com sérias dificuldades. O sistema de segurança social tem funcionado, a este respeito, com alguma eficácia, designadamente no que respeita aos pensionistas e idosos, sem embargo de haver muitos destes em situação de inaceitável pobreza. Por outro lado, o neo-liberalismo que entre nós se instalou tem favorecido a criação de grandes fortunas, por vezes quase mais virtuais do que reais, e a constituição, ou reconstituição, de grandes grupos económicos e financeiros, de maneira geral pouco sensíveis à dimensão social da economia. Globalmente falando, o país não parece ter chegado a uma estrutura social estabilizada, nítida nas suas linhas de força. A caracterização sociológica é certamente ainda mais difícil no que toca à juventude, o que tem a maior relevância para a educação.

c) Perspectiva política

Politicamente, Portugal vive em regime de democracia representativa. As vicissitudes do processo decorrente da revolução do 25 de Abril, conjugadas com o profundo traumatis-

mo deixado pelo regime do Estado Novo, geraram como que um sentimento de suspeita relativamente à autoridade em geral. Um dos aspectos deste sentimento manifesta-se na suspeita relativamente à autoridade personalizada. Deste modo, surgiu uma miríade de conselhos e outros órgãos colectivos que tornam difícil, num primeiro momento, a formação da decisão, e, num segundo momento, a execução da mesma em tempo útil. Por efeito, julgo, do mesmo fenómeno geral, vê-se o princípio da representatividade ser regularmente negado num plano superior para ser afirmado nos planos inferiores, diluindo mais uma vez o princípio da autoridade democrática e tendendo a criar um estado geral de fragmentação do poder que alguns consideram caminho para a desestruturação do próprio Estado. A ideia que se vai instalando no espírito de um número crescente de cidadãos de que a atmosfera moral, cívica e criminal do País tem vindo a degradar-se perigosamente tem, talvez, alguma relação com este fenómeno político, ainda que, seguramente, não apenas com ele. Pretendemos uma democracia política altamente participada, o que parece um bom designio. Mas ao mesmo tempo surge aos olhos da população uma classe política insulada do povo, fechada sobre si e sábia gestora dos seus interesses, quase diríamos, de classe. Acontece ainda que a autoridade personalizada, recusada difusamente na legislação fundamental do Estado, tem sido perversamente exercida por alguns, nos seus nichos, pequenos ou vastos, de poder. O que é uma contradição, mas é hegelianamente real. De resto, esta contradição é quase insignificante face à promoção sistemática do poder personalizado na chamada sociedade civil, e designadamente nas empresas, por virtude da aplicação generalizada dos princípios filosóficos do neo-liberalismo. De tudo isto resulta uma democracia representativa confusa. Será, sem dúvida, melhor clarificarmos a nossa democracia, tornando-a límpida. Para que devemos educar politicamente as novas gerações? Para a democracia confusa? Para a límpida? Não teremos qualquer dificuldade em responder. Mas o interesse destas questões para a educação parece indiscutível.

d) Perspectiva cultural

Consideremos agora a sociedade portuguesa na perspectiva cultural. Não se pode dizer que, nos últimos anos, a governação do país tenha sido marcada pela preocupação cultural. É evidente que não. A preocupação dominante tem sido, efectivamente, a economia. Todo o mundo da cultura se queixa de que não é suficiente nem convenientemente atendido. Tem-se mesmo assistido a esforços políticos no sentido de alijar das responsabilidades do Estado importantes sectores da cultura, visando a sua integração na lógica do mercado. A industrialização da cultura, que é um fenómeno mundial, avança na sociedade portuguesa. A qualidade da vida cultural ressent-se seriamente desse fenómeno, não apenas ao nível do consumo, mas mesmo ao nível da criação. Na

escola, a dinâmica gerada pelo movimento da Escola Cultural abriu vastos espaços culturais escolares. Todavia, a orientação que até agora obteve a preferência política do Governo foi a social, consubstanciada na Área-Escola, e não a cultural, consubstanciada na Escola Cultural e na aposta nos clubes escolares, situações educativas altamente favoráveis à realização de actividades culturais pelos alunos, em atmosfera de liberdade de escolha e de criatividade produtiva e frutiva.

e) Perspectiva comunicacional

Na perspectiva comunicacional, confrontamo-nos com dois processos: o da privatização dos meios de comunicação social que pertenciam ao Estado; o da abertura da televisão à iniciativa privada. Por efeito conjugado da lógica do mercado, em atmosfera de ideologia neo-liberal, e de uma legislação excessivamente permissiva e pouco sensível às exigências éticas da comunicação social nos últimos anos. A função socioeducativa que lhe cabe não está a ser desempenhada de forma satisfatória. Em todo o caso, o potencial formativo da população que ela representa é grande e não se vê que não seja perfeitamente possível aproveitá-lo no sentido da melhoria educativa dos portugueses, sobretudo através do aperfeiçoamento da legislação.

f) Perspectiva axiológica

Consideremos agora, nesta brevíssima caracterização da sociedade portuguesa, a perspectiva axiológica. Infelizmente, conhecemos mal a nossa sociedade sob este aspecto. Quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista prático e aplicado, realizamos escassíssimas investigações axiológicas, sejam filosóficas, sociológicas, psicológicas, pedagógicas ou outras. Além disso, as existentes parece serem pouco lidas, a avaliar pelo seu débil impacto mediático. São muitos os domínios e aspectos axiológicos a investigar, bem como as camadas sociais a caracterizar axiologicamente. Sabe-se, por experiência directa, que a situação axiológica é de crise e de crise profunda. Mas essa crise não está estudada. Todavia, estamos perante um problema da mais alta importância, porque a saúde axiológica é o cerne da saúde global de uma sociedade.

g) Perspectiva cívica

Aspecto importante da crise é o cívico. A prática democrática, depois do 25 de Abril, foi introduzida a ritmo acelerado na sociedade portuguesa e por vezes em difíceis condições. Notam-se deficiências na vivência democrática de largos sectores da população. Em muitos aspectos, vivemos mais numa democracia de interesses que numa democracia de valores. Expressão desse facto, e também uma das suas causas, é a moda excessivamente neoliberal em vigor, que põe tudo em termos de vantagem pessoal e tão rapidamente quanto possível. Ora o civismo é uma atitude global e uma postura de

consideração pelo outro, pugnando por práticas pessoais e sociais de respeito pelas regras de convivência estabelecidas. O critério dos procedimentos não é, portanto, o da vantagem pessoal, mas o das normas de cidadania comumente aceites. Há um acentuado défice de civismo na sociedade portuguesa. Urge superá-lo.

h) Perspectiva educativa

Consideremos, finalmente, a perspectiva educativa. O quadro que se nos apresenta tem aspectos positivos e aspectos negativos. O crescimento verificado nos últimos 20 anos é positivo: há mais crianças nos jardins de infância; há um ensino básico de 9 anos de frequência tendencialmente universal; há um ensino secundário a que acede uma parcela muito maior da juventude, tanto em termos absolutos como percentuais; há um ensino superior que é frequentado por quase 40% dos jovens do escalão etário 20-24 anos; há um número anual de diplomados que é cerca de 12 vezes superior ao de 1970-71; há alguns milhares de mestres que não havia; há um crescimento significativo do número de doutores; há centenas de escolas construídas, com os respectivos equipamentos, desde o pré-escolar ao superior; há residências para estudantes e cantinas, em número insuficiente mas que traduz um enorme esforço financeiro; etc. É um lado indiscutivelmente positivo da educação portuguesa. Todavia, há o lado qualitativo. E aí as coisas não se apresentam risonhas. A degradação da qualidade da educação que ministramos é indissociável e sentida pela sociedade. A escola não está a funcionar bem, salvo excepções não muito numerosas. É possível chegar ao final do 9.º ano de escolaridade (termo da escolaridade obrigatória) quase analfabeto. É possível aceder a um curso de ensino superior com classificação de zero na respectiva prova específica, o que condiciona à partida seriamente o nível de consecução e o rendimento escolar do estudante em causa. A massificação do ensino ocorrida a todos os níveis do sistema não foi acompanhada da mobilização dos meios correspondentes necessários, designadamente dos meios humanos. A rede escolar tem fraca racionalidade, o que põe em causa uma parte significativa do investimento feito nas construções escolares. Toda a Escola foi pensada em termos predominantemente económicos e não pedagógicos, o que é um erro de raiz grave e que só pode ser corrigido com uma mudança radical de filosofia e conseqüente prática. Em suma: a educação está muito doente.

IV. A FAMÍLIA

Debrucemo-nos um pouco sobre a família na sociedade actual e em particular na sociedade portuguesa. No mundo ocidental, a crise da família é um facto geralmente

admitido. Essa crise chegou mais tarde a Portugal, em virtude das condições políticas e de desenvolvimento do nosso país existentes até meados dos anos 70. A família tradicional, de diâmetro largo, já quase não existe. Existe, em seu lugar, a família nuclear, constituída, nos melhores casos, por pai, mãe e filhos. Deste modo, a importantíssima instituição dos avós não pode desempenhar a função educativa que desempenhava. Por outro lado, o número de famílias afectadas pelo divórcio ou a separação é hoje significativo, o que também desfavorece o ambiente educativo familiar. Há ainda a mencionar o fenómeno do acesso das mulheres ao mundo do trabalho, o que gerou um vasto espaço familiar vazio durante o período laboral, parte do qual ninguém preenche, pois a Escola não está ajustada à nova situação.

É admissível fazer um discurso geral sobre a família. Mas há, evidentemente, importantes diferenças a assinalar. Há, por exemplo, famílias ricas e famílias pobres; há famílias rurais, rur-urbanas e urbanas; há famílias operárias, agrícolas, piscatórias, intelectuais, etc. A criança e o jovem vivem no seio de uma família concreta. Existirão, com certeza, factores gerais de crise. Mas há também uma estrutura da crise, a qual é imperativo ter em conta. Necessitamos, no fundo, de uma política da família, objectivamente definida a partir de sólidas razões de ordem social. Essa política terá de integrar, como um dos seus vectores principais, a relação da Família com a Escola. Essa relação tem de ser pensada sistematicamente. Estou seguro de que não construiremos na Escola um futuro melhor se não pusermos em cooperação eficaz a Família e a Escola.

V. A ESCOLA, PRESA APETECIDA

A Escola de hoje é presa apetecida por diversos predadores. Os agentes económicos tentam pô-la inteiramente ao seu serviço. Os agentes sociais pretendem organizá-la na óptica dos seus interesses e perspectivas. Os agentes políticos vão sempre procurando instrumentalizá-la, nela vasando as mais diversas intenções e orientações ideológicas, todas e sempre qualificadas de democráticas. Os agentes ideológicos vêem nela um precioso cadinho de preparação da mentalidade das novas gerações, naturalmente conforme aos seus particulares pontos de vista. Os que designarei de agentes obscuros — ligados à droga, à prostituição e a outras formas de corrupção grave das novas gerações — vêem nela um mercado aberto, frágil e rentável. A vítima imediata é o jovem. A vítima mais geral e real é a própria sociedade. Deste modo, é a sociedade que nos exige a defesa da Escola.

VI. A NOSSA ESCOLA, LUGAR DE CONTRADIÇÕES PEDAGÓGICAS

A Escola de hoje é, depois de tudo, lugar institucional de contradições pedagógicas. A comissão de reforma do Sistema Educativo, criada por Resolução do Conselho de Ministros, apresentou ao Governo, em Julho de 1988, a sua *Proposta Global de Reforma* (Ministério da Educação, 1988), na qual era central a ideia de Escola Cultural. Contra o que a CRSE propôs, o Decreto-Lei n.º 286/89, sobre a reestruturação curricular, optou opostamente pela ideia de Área-Escola, que inviabilizava teórica e praticamente, como tem estado a verificar-se, a implantação da Escola Cultural, entretanto em experiência pedagógica muito positiva em 77 Escolas do território continental. Como a Área-Escola é inviável, nos termos em que está legislada, a contradição tem obrigado, em numerosos casos, a aproveitar da ideia de Escola Cultural, tudo o que disfarçadamente é possível para salvar a face. Outra notável contradição é a que põe frente a frente a autonomia pregada para a Escola e a heteronomia persistente da prática. Mais uma vez, bem prega Frei Tomás. Uma terceira contradição de relevo é a que opõe a liberdade e a responsabilidade: dos alunos, dos professores, dos funcionários. A liberdade sem responsabilidade é libertinagem, selvajaria ou anarquismo. Quem é livre deve responder pelos seus actos. Temos estado a assumir um outro conceito de liberdade, que a associa à insolência, à falta de respeito e à irresponsabilidade. Uma quarta contradição é a que me parece existir entre o sistema de ensino-aprendizagem e o sistema de avaliação do rendimento escolar. O problema do sucesso escolar tem sido equacionado em termos perfeitamente irracionais. Lança-se muita poeira para os nossos olhos, para não vermos o que está a acontecer. Ora o que está a acontecer é o que pessoalmente denunciei na Comissão de Reforma, quando alertei para a confusão entre sucesso escolar e sucesso educativo e procurei evitar que se resolvesse o grave problema do insucesso escolar por via administrativa. Felizmente, há alguns sinais — ainda que nem sempre felizes na sua expressão e, porventura, mesmo na sua compreensão — de que se começa a perceber o logro em que se caiu. O que o educador visa com o seu trabalho é a aprendizagem do aluno. Não o obriguem a dizer que o aluno aprendeu se de facto ele ainda não aprendeu. E se se verificar que o aluno não pode aprender tanto, exija-se menos nos programas. Mas exija-se então que o equilibradamente determinado seja realmente aprendido. Nunca se conseguirá que o aluno aprenda — muitas vezes coisas verdadeiramente difíceis — sem algum esforço. Uma pedagogia hedonística é tão falsa e tão perigosa como uma pedagogia sado-masoquista. Tenhamos o sentido das realidades e das proporções. Educar exige esse sentido. É por estarmos tão carecidos dele nas últimas duas décadas que a degradação qualitativa da educação chegou ao grave ponto que chegou. A quinta e última contradição que devo assinalar é a que opõe a Escola de

formação humana e a Escola de formação profissional. Tem vindo a crescer a confusão em torno da função essencial da Escola geral. Essa função não é a de preparação para a vida profissional, mas a de formação humana geral. A formação profissional é importante. É mesmo indispensável à sociedade. Mas não é a Escola Básica o lugar institucional apropriado para o fazer. Nem mesmo a Escola Secundária, se formos ao limite de entender por formação profissional algo de tão estrito e redutor que na prática corresponde a uma formação para o posto de trabalho. Educação é uma coisa e formação profissional é outra. Devem articular-se convenientemente. A educação geral é fundamental para a formação profissional. As instituições apropriadas à realização de cada uma destas realidades devem ser pensadas diferenciadamente. A dissolução da Escola geral na Escola de Formação Profissional seria fatal para toda a sociedade incluindo, naturalmente, a própria formação profissional.

VII. NECESSIDADE DE UMA REORIENTAÇÃO PROFUNDA DA ESCOLA

Chegamos, assim, ao termo da nossa reflexão. Tivemos sempre os olhos postos no tema que nos foi dado como prenda: «Na Escola de Hoje, a Construção do Futuro». A conclusão que extraio é que necessitamos absolutamente de uma reorientação profunda da Escola. Ando a dizê-lo há bastante tempo. Tenho-me sentido muito ouvido pelos professores, alunos e pais e muito pouco ouvido pelo poder. Falta-me, certamente, competência otorrinolaringológica. Só assim se explicará a incompreensível surdez dos decisores políticos. A reforma da Escola que me parece impor-se sintetiza-se no modelo da Escola Cultural, que é do vosso conhecimento. Dispensamo-me, pois, de expor aqui esse pensamento, com todas as consequências que ele implica para a totalidade do sistema educativo. Eu creio que essa é veridicamente a Escola do Futuro. Ela é a Escola que põe como finalidade última da instituição escolar a *cultura*. E que define a cultura como a obra real do espírito criador do homem. Por outro lado, associa intimamente a Escola e a Sociedade, pelo que considera que à Escola Cultural deve corresponder a Sociedade Cultural. Em ambas, o espírito do homem é o agente criador. Que melhor projecto podemos conceber e iniciar hoje para edificarmos o amanhã?!...